



Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A | Resultados de 2015

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2015**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2015, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 17 de março de 2016.

1 Considerações gerais

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.355 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

A Companhia manteve, em 2015, o foco na excelência na prestação de serviços e no relacionamento com os consumidores, característica que evidencia a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores. A Energisa Paraíba foi vencedora do Prêmio Abradee 2015 - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, conquistando a melhor avaliação na categoria Gestão Operacional, entre as empresas com mais de 500 mil consumidores.

A Energisa Paraíba também obteve a primeira colocação no Prêmio Eloy Chaves entre as distribuidoras que possuem mais de 2.000 colaboradores em sua força de trabalho, por destacar-se em índices de segurança e prevenção de acidentes de trabalho. A Medalha Eloy Chaves foi criada em 1980, com o objetivo de premiar as empresas de energia elétrica de todo o Brasil destacadas pela prevenção de acidentes de trabalho.

2 Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a Energisa Paraíba investiu ao longo dos últimos cinco anos aproximadamente de R\$ 722,7 milhões, dos quais R\$ 129,5 milhões foram em 2015.



Entre as realizações em 2015, destacam-se:

- i) Realização do Programa de Investimentos na distribuição, associados à melhoria da qualidade do produto e do serviço;
- ii) Construção da Linha de Distribuição, 69 kV, Cruz do Peixe/Bessa, para a transferência do suprimento às SE's Bessa e Cabedelo do regional Mussuré II para o regional Santa Rita II;
- iii) Construção da subestação Pocinhos 69/13,8 kV - 10/12,5 MVA e linha de distribuição 69 kV associada;
- iv) Reforma da subestação Cajazeiras 69/13,8 kV, com a substituição de 02 transformadores 69/13,8 - 10/12,5 MVA, sem LTC, e um banco regulador 13,8 kV - 20 MVA por uma transformador 69/13,8 kV - 20/25 MVA, com LTC.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2015	2014	Acréscimo
Subestações - nº	62	61	+ 1,6
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.171	1.146	+ 2,2
Alimentadores - nº	295	288	+ 2,4
Postes de Rede de Distribuição- nº	931.246	924.323	+ 0,7
Linhas de transmissão - km	2.266	2.174	+ 4,2
Redes de distribuição (próprias) - km	69.826	69.348	+ 0,7
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	55.572	53.310	+ 4,2
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.333	1.234	+ 8,0

3 Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2015:

Descrição	2015	2014	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	2.259,4	1.797,1	+ 25,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.125,2	1.629,4	+ 30,4
Receita Operacional Líquida	1.469,4	1.299,4	+ 13,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.335,2	1.131,7	+ 18,0
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	248,4	176,4	+ 40,8
EBITDA	306,4	230,1	+ 33,2
EBITDA Ajustado	339,6	249,8	+ 35,9
Resultado financeiro	(148,7)	(37,6)	+ 295,5
Lucro Líquido	107,0	119,4	- 10,4
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	2.156,4	1.794,7	+ 20,2
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	258,0	83,7	+ 208,2
Patrimônio Líquido	694,8	671,5	+ 3,5
Endividamento Líquido	569,3	430,2	+ 32,3
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.355,2	1.312,8	+ 3,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	3.780,0	3.786,1	- 0,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	4.379,7	4.321,2	+ 1,4
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	12,47	12,08	+ 0,39 p.p
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	23,1	19,2	+ 3,9 p.p
Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,7	1,7	-

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2015, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.125,2 milhões, ante R\$ 1.629,4 milhões registrados em 2014, um aumento de 30,4% (R\$ 495,8 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 18,0% (R\$ 203,5 milhões) no período, para R\$ 1.335,2 milhões.

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Embora o número de consumidores tenha apresentado um acréscimo de 42.441 novos consumidores em 2015, o consumo de energia no mercado cativo e livre reduziu 0,1% (redução de 1,4% no 4T15), conforme item 4.4 deste comentário de desempenho;

- Reconhecimento de despesas referentes a ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 70,3 milhões (despesas de R\$ 46,5 milhões no 4T15) contra R\$ 84,1 milhões de receitas reconhecidas em 2014;
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro em 2015 foi de R\$ 102,2 milhões (R\$ 60,6 milhões no 4T15), contra R\$ 4,3 milhões em 2014.
- Aumento tarifário extraordinário de 3,8% a partir de 02/03/2015, com o objetivo de adequar a cobertura tarifária dos custos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e de compra de energia. Adicionalmente, foi concedido em 28/08/2015 um reajuste médio de 10,79% nas tarifas da Companhia.

3.3 Ambiente regulatório - revisão tarifária

3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo. Mensalmente, a ANEEL sinaliza uma das bandeiras previstas - de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país - aplicada no primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2015 foram de R\$ 170,6 milhões (R\$ 54,7 milhões no 4T15).

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

3.3.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Paraíba, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 3,8% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, foi concedido à Energisa Paraíba reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 10,79% percebido pelos consumidores a partir de 28/08/2015.

A Energisa Paraíba recebeu o montante de R\$ 25,7 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Paraíba pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 128,1 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.086,8 milhões em 2015 e R\$ 391,9 milhões no 4T15, crescimento de 13,8% (R\$ 131,5 milhões) e 31,3% (R\$ 93,4 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2014. Desse total, as despesas controláveis cresceram R\$ 16,6 milhões (R\$ 5,1 milhões no 4T15), totalizando R\$ 230,2 milhões (R\$ 72,7 milhões no 4T15).

Em 2015, as despesas não controláveis cresceram 21,0% (50,4% no 4T15), totalizando R\$ 775,7 milhões (R\$ 297,7 milhões no 4T15), decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T15	4T14	Variação R\$ milhões	2015	2014	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	72,7	67,6	+ 5,1	230,2	213,6	+ 16,6
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	45,9	36,4	+ 9,5	127,6	112,6	+ 15,0
1.2 Material	3,6	5,3	- 1,7	14,6	14,5	+ 0,1
1.3 Serviços de terceiros	23,2	25,9	- 2,7	88,0	86,5	+ 1,5
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	297,7	197,9	+ 99,8	775,7	640,7	+ 135,0
3 Depreciação e amortização	14,9	13,6	+ 1,3	58,0	53,7	+ 4,3
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	1,7	5,4	- 3,7	(0,3)	20,9	- 21,2
5 Outras despesas/receitas	4,9	14,0	- 9,1	23,2	26,4	- 3,2
Subtotal	391,9	298,5	+ 93,4	1.086,8	955,3	+ 131,5
6 Custo de construção (*)	39,3	44,2	- 4,9	134,2	167,7	- 33,5
Total	431,2	342,7	+ 88,5	1.221,0	1.123,0	+ 98,0

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2015, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 107,0 milhões, ante os R\$ 119,4 milhões registrados em 2014. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 339,6 milhões em 2015, contra os R\$ 249,8 milhões apurados no ano anterior, aumento de 35,9%, decorrente, em grande parte, do maior crescimento das receitas líquidas, vis-à-vis o aumento dos custos operacionais.

No quarto trimestre de 2015 (4T15), o lucro líquido foi de R\$ 42,2 milhões, ante os R\$ 64,7 milhões registrados no quadrimestre do ano anterior. Por sua vez, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 76,8 milhões, redução de 38,3% em relação ao 4T14, em decorrência, principalmente, da elevação dos custos com energia comprada.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T15	4T14	Var. %	2015	2014	Var. %
(=) Lucro Líquido	42,2	64,7	- 34,8	107,0	119,4	- 10,4
(-) Contribuição social e imposto de renda	(7,8)	(15,7)	- 50,3	7,3	(19,4)	-
(-) Resultado financeiro	(3,1)	(27,1)	- 88,6	(148,7)	(37,6)	+ 295,5
(-) Depreciação e amortização	(14,9)	(13,6)	+ 9,6	(58,0)	(53,7)	+ 8,0
(=) Geração de caixa (EBITDA)	68,0	121,1	- 43,8	306,4	230,1	+ 33,2
(+) Receita de acréscimos moratórios	8,8	3,4	+ 158,8	33,2	19,7	+ 68,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	76,8	124,5	- 38,3	339,6	249,8	+ 35,9
Margem do EBITDA Ajustado (%)	15,9	27,7	- 11,8 p.p	23,1	19,2	+ 3,9 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2015, a administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 62,1 milhões, já integralmente pagos em:

- i) 29 de maio de 2015, correspondentes a R\$ 6,5 milhões (R\$ 7,04894892 por ação);
- ii) 30 de julho de 2015, no montante de R\$ 41,6 milhões (R\$ 45,2744779 por ação); e
- iii) 29 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 14,0 milhões (15,2905078962 por ação).

4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento tem permitido à Energisa Paraíba apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

4.1 Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energia Paraíba, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras. Apesar dos esforços, as perdas de energia elétrica da Energisa Paraíba situaram em 12,47% em 2015, contra 12,08% registrado em igual período do ano passado, aumento de 0,39 pontos percentuais. Este aumento percentual pode ser atribuído, predominantemente, a dois fatores: migração de consumidor industrial para a rede Básica, reduzindo o mercado em aproximadamente 100 GWh/ano, e a crise econômica emergida neste período, com reflexo na retração do consumo de energia.

4.2 Inadimplência

As revisões extraordinárias tarifárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no 1T15 contribuíram para o aumento da inadimplência. A Energisa Paraíba intensificou as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center, negociação de débitos em parceria com o Tribunal de Justiça da Paraíba (projeto Pró-endividados), intensificação de ações de corte e negatização de débitos. Em 2015, em função do quadro econômico, a inadimplência dos consumidores apresentou um pequeno aumento de 0,04 pontos percentuais, situando-se em 1,84%.

4.3 DEC e FEC

A redução dos indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) em 2015 é um fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas. O DEC e FEC apresentaram redução de 13,1% e 18,6%, respectivamente, sendo os menores indicadores já registrados na história da empresa.

Indicadores operacionais	2015	2014	Varição
Perdas de energia do sistema próprio (%)	12,47	12,08	+ 0,39 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,84	1,80	+ 0,04 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,88	1,17	- 24,8
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	18,26	21,01	- 13,1
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	7,99	9,82	- 18,6
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	77,20	87,10	- 11,4
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	63,08	72,73	- 13,3

4.4 Mercado de energia

Em 2015, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.225,2 GWh, ante os 4.227,3 GWh registrados no mesmo período do ano anterior. A classe de consumo que mostrou melhor desempenho foi a comercial e rural, com igual crescimento de 4,4%, seguida pela classe residencial que apresentou aumento no consumo de 3,8% no período. O consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 10,6% em 2015. A energia total distribuída em 2015 foi de 4.379,7 GWh, ante os 4.321,2 GWh registrados em igual período do ano passado, ou seja, aumento de 1,4%, conforme composição seguinte:

Descrição	Trimestres			Exercício		
	4T15	4T14	Var. %	2015	2014	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	938,3	945,4	- 0,8	3.780,0	3.786,1	- 0,2
✓ Residencial	392,1	377,9	+ 3,8	1.592,7	1.534,6	+ 3,8
✓ Industrial	121,8	154,1	- 21,0	511,2	628,5	- 18,7
✓ Comercial	177,3	171,6	+ 3,3	714,4	684,4	+ 4,4
✓ Rural	76,0	72,2	+ 5,3	275,0	263,4	+ 4,4
✓ Outras Classes	171,1	169,6	+ 0,9	686,7	675,2	+ 1,7
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	101,4	105,8	- 4,2	445,2	441,2	+ 0,9
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.039,7	1.051,2	- 1,1	4.225,2	4.227,3	-
4 Suprimento de energia e não faturado	113,6	98,3	+ 15,6	154,5	93,8	+ 64,7
5 Energia Total Distribuída (3+4)	1.153,3	1.149,5	+ 0,3	4.379,7	4.321,2	+ 1,4

A Energisa Paraíba encerrou 2015 com 1.355.210 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,2% superior à registrada no mesmo período de 2014. Já o número de consumidores livres totalizaram 20 no fim de dezembro de 2015.

5 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Paraíba totalizou R\$ 258,0 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Paraíba, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 430,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 569,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Paraíba em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014
Curto Prazo	211,4	143,4
Empréstimos e financiamentos	192,8	138,3
Encargos de dívidas	3,6	3,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,6	10,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	4,4	(8,9)
Longo Prazo	652,7	500,8
Empréstimos e financiamentos	655,3	483,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	67,2	57,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(69,8)	(39,5)
Total das dívidas	864,1	644,2
(-) Disponibilidades financeiras	258,0	83,7
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	29,4	50,2
(-) Créditos CVA	7,4	80,1
Total das dívidas líquidas	569,3	430,2

6 Gestão de pessoas

A Energisa Paraíba valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2015 com 1.979 colaboradores próprios e 387 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas estão alinhadas aos valores e missão da Companhia e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual.

A Energisa Paraíba foi agraciada com a Medalha Eloy Chaves 2015 - na categoria Ouro por ter obtido o 1º Lugar no Grupo III (com mais de 2 mil empregados). Esta premiação se configura como maior reconhecimento de Segurança do Trabalho no país. A conquista desses prêmios evidencia uma cultura de gestão preventiva que valoriza o ser humano como maior patrimônio da empresa. Criada em 1980, a Medalha Eloy Chaves é concedida às empresas que se destacam no quesito segurança e higiene do trabalho, tendo como base a avaliação de indicadores estatísticos, consolidada com o apoio da Fundação COGE, que utiliza como referência parâmetros técnicos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em 2015, a Energisa Paraíba dedicou 160,1 mil homem/hora de treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 500 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em 2015, foram dedicadas nessa modalidade 91,8 mil homem/hora, o que corresponde a 57,5% do total de treinamento nesta unidade.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Paraíba lançou o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Com a ampliação do Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão, a Energisa capacitou quatro operadores, totalizando 1,280 mil homem/hora de treinamento. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Paraíba deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da “Academia de Líderes”. O Programa é um dos mais importantes veículos de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, que proporciona aos Líderes do Grupo Energisa, uma maior preparação para o crescimento e sustentação no Negócio. O movimento da Academia acontece por meio de trilhas e módulos de desenvolvimento com foco nas necessidades de cada negócio e de acordo com cada estágio de maturidade da liderança. Em 2015, foram dedicados 3,480 mil homem/hora de treinamento.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Paraíba conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da organização. A Energisa Paraíba mantém ainda um programa de seleção de trainees que permite desenvolver uma nova geração de líderes. Nos últimos cinco anos foram retidos 15 trainees.

Em 2015, foi aplicada a Pesquisa de Clima, ferramenta que visa medir a satisfação dos colaboradores mediante o Jeito de Ser Energisa. Através da Pesquisa de Clima é possível perceber a percepção coletiva de quanto a prática está condizente com o discurso e as expectativas. A aplicação da Pesquisa de Clima ocorre a cada 2 (dois) anos e acontece de forma absolutamente sigilosa. Os resultados são tabulados, analisados e em seguida são realizados planos de ação para trabalhar os pontos de melhoria identificados. De acordo com a Hay Group, consultoria contratada para aplicar a pesquisa, o índice de 75% posiciona o Grupo Energisa entre as melhores empresas para se trabalhar entre aquelas que utilizam seus serviços. Mais que isso, o resultado demonstra o compromisso de todos, que trabalham no Grupo Energisa, com o nosso Valor Pessoas e com a construção de um ambiente cada vez mais harmonioso, desafiador e motivador. No resultado individual, a Energisa Paraíba obteve 80% de satisfação.

7 Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Paraíba busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2015, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- Espaços *Usina Cultural* oferecem programação mensal com shows, teatro, exposições e lançamentos de livros. Em 2015, este espaço recebeu mais de 36,7 mil visitantes;
- *Balcão de Livros*, programa de estímulo à leitura que coloca à disposição da população, em sistema de empréstimo, um acervo com mais de 5 mil obras literárias sobre variados assuntos. Os livros estão acessíveis em postos e agências de atendimento da empresa. De janeiro a novembro de 2015, o Balcão de Livros Energisa emprestou 826 livros a clientes da Energisa em todo o estado. Ainda em 2015, o projeto viabilizou o lançamento de sete biografias em Quadrinhos sobre a vida de vultos paraibanos - coleção

Primeira Leitura, que foram disponibilizadas no acervo do Balcão de Livros. Com isso, ampliou o acervo do Balcão de Livros em 1.610 exemplares.

Ainda como incentivo à cultura, a Energisa Paraíba patrocinou a 10ª edição do Festival Aruanda do Audiovisual Brasileiro, o projeto Grandes leitores, grandes cidadãos da Rede Paraíba de Comunicação, que incentiva a leitura em escolas, e a revitalização do Memorial Augusto dos Anjos, na cidade de Sapé.

No âmbito social dois projetos se destacaram:

- Como apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a Energisa Paraíba realizou doações correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido em 2015;
- Também foram realizadas doações, correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido, a programas que visam à atenção à pessoa com deficiência, bem como a atenção oncológica.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer:

- *Caminhada da Saúde* (em 2015, mobilizou mais de 1,2 mil pessoas, entre colaboradores e público externo), Programa *Gol de Placa*, por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Futebol Profissional, e o projeto *Magia V*, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Iniciativas voltadas à Educação

Na linha do desenvolvimento econômico das áreas de concessão, a Companhia investe em projetos específicos de incentivo a educação:

- Parceria com as 17 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) para reduzir o número de vítimas de acidentes com energia elétrica por toda a Paraíba por meio de palestras em escolas, ministradas por voluntários e cipeiros. Nas palestras, são abordados perigos iminentes encontrados em áreas de riscos, com demonstração de equipamentos de segurança individuais e coletivos e entrega de cartilhas educativas. De março a dezembro de 2015, 126 escolas públicas foram visitadas por 128 colaboradores, atingindo 8.638 crianças e adolescentes;
- *Bem da Gente*: projeto que tem como proposta gerar a inclusão produtiva estimulando o empreendedorismo por meio da oferta de capacitação em oficinas do SEBRAE Microempreendedor. Em 2015, o projeto foi incluído no relatório ' *Mercados Inclusivos no Brasil: Desafios e Oportunidades do Ecossistema de Negócios* ' do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O documento destaca iniciativas de várias partes do país que apoiam o desenvolvimento regional através de programas de inclusão e geração de renda.

Uso Consciente de Energisa

Todos os anos, diversos projetos do programa de "Eficiência Energética" são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2015, este programa absorveu quase R\$ 7 milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- *Nossa Energia*: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes, em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a *Unidade Móvel da Energisa*, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas. Em 2015, foram substituídas 968 geladeiras, trocadas 3.531 lâmpadas e realizadas 1.178 palestras, alcançando um público total de 49.195 pessoas;
- *Espaço Energia*: é um complexo didático-interativo, localizado em João Pessoa/PB, que apresenta de maneira lúdica, a história da eletricidade e seu uso racional e eficiente. Em 2015, mais de 23.813 mil pessoas visitaram o local;

- *Conta Cidadã*: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2015, foram coletadas mais de mil toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais;
- *Eficientização de escolas públicas*: substituição de 5.523 lâmpadas, 3.234 reatores e instalação de 20 relés fotoelétricos em 20 escolas municipais de João Pessoa. As trocas foram realizadas em unidades educacionais que mantêm turmas noturnas, o que resulta em maior redução no consumo de energia;
- *Eficientização da Iluminação Pública de Bananeiras*: substituição de 807 pontos de iluminação por lâmpadas LED, mais eficientes e econômicas, num investimento total de R\$ 1,6 milhão, com redução de 40% no consumo de energia do município, o que significa menos 50 mil kWh/mês. Como o consumo médio residencial na cidade é de 95 kWh/mês, a energia economizada é suficiente para abastecer mais de 530 residências.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba em 2015 foi de R\$ 1.109,0 mil, dos quais R\$ 461,0 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 648,0 mil para a revisão de processos e procedimentos relativos à obtenção de incentivos fiscais e outros.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	115.287	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	109.737	8.731
Consumidores e concessionárias	6	276.383	202.126
Estoques		5.756	4.651
Impostos a recuperar	7	47.998	47.855
Instrumentos financeiros derivativos	27	14.799	8.901
Despesas pagas antecipadamente		3.973	914
Ativo financeiro setorial	9	136.602	97.466
Outros créditos	10	46.580	61.566
Total do circulante		757.115	478.189
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	32.946	28.990
Consumidores e concessionárias	6	10.622	19.835
Impostos a recuperar	7	19.002	27.705
Créditos tributários	12	164.266	126.621
Cauções e depósitos vinculados	19	26.612	23.334
Instrumentos financeiros derivativos	27	69.831	39.484
Ativo financeiro setorial	9	21.310	91.878
Contas a receber da concessão	13	349.759	276.224
Outros créditos	10	15.360	1.504
		709.708	635.575
Investimentos		88	110
Imobilizado	14	10.973	12.410
Intangível	14	678.546	668.384
Total do não circulante		1.399.315	1.316.479
Total do ativo		2.156.430	1.794.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	115.093	117.345
Encargos de dívidas	16	3.642	3.182
Empréstimos e financiamentos	16	192.785	138.322
Folha de pagamento		4.553	1.992
Tributos e contribuições sociais	17	65.034	67.297
Obrigações estimadas		9.358	8.100
Taxa de iluminação pública arrecadada		7.359	5.057
Benefícios a empregados - plano de pensão	28	10.620	10.847
Encargos setoriais	18	33.295	15.257
Instrumentos financeiros derivativos	27	19.213	-
Passivo financeiro setorial	9	106.827	39.891
Outras contas a pagar		16.145	14.240
Total do circulante		583.924	421.530
Não circulante			
Fornecedores	15	2.646	2.646
Empréstimos e financiamentos	16	655.255	483.328
Tributos e contribuições sociais	17	41.431	28.260
Passivo financeiro setorial	9	43.710	69.313
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	53.391	51.097
Benefícios a empregados - plano de pensão	28	67.199	56.955
Encargos setoriais	18	12.071	7.441
Outros		1.996	2.622
Total do não circulante		877.699	701.662
Patrimônio líquido			
Capital social	20	487.457	461.424
Reservas de capital	20	97.002	97.002
Reservas de lucros	20.3 a 20.5	124.514	105.664
Dividendos adicionais propostos	20.6	14.040	28.931
Outros resultados abrangentes		(28.206)	(21.545)
Total do patrimônio líquido		694.807	671.476
Total do passivo e patrimônio líquido		2.156.430	1.794.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	21	1.469.355	1.299.392
Custo do serviço prestado a terceiros	22	(1.084.925)	(986.398)
Lucro bruto		384.430	312.994
Despesas gerais e administrativas	22	(131.067)	(128.996)
Outras receitas	23	3.281	7.354
Outras despesas	23	(8.282)	(14.917)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		248.362	176.435
Receitas financeiras	24	74.137	46.471
Despesas financeiras	24	(222.816)	(84.060)
Despesas financeiras líquidas		(148.679)	(37.589)
Lucro antes dos impostos		99.683	138.846
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(30.364)	(20.426)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	37.645	944
Lucro líquido do exercício		106.964	119.364
Lucro básico e diluído ação ordinária e preferencial - R\$	25	116,50	130,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	106.964	119.364
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	(6.661)	(2.999)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	100.303	116.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		99.683	138.846
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		163.642	(158.578)
Depreciação e amortização	22	58.023	53.672
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	2.241	9.772
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	2.512	11.948
Marcação a mercado de dívidas	24	(4.818)	-
Marcação a mercado de derivativos	24	27.552	3.511
Instrumentos financeiros derivativos	24	(50.579)	(21.199)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	23	5.001	7.563
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(48.564)	(18.359)
(Aumento) de estoques		(1.105)	(388)
Diminuição de impostos a recuperar		11.916	1.101
Diminuição de ativo financeiro setorial		30.443	97.466
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(3.278)	(724)
(Aumento) diminuição de despesas pagas antecipadamente		(3.059)	4.071
Diminuição (aumento) de outros créditos		353	(32.502)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		1.183	26.343
Aumento (diminuição) de folha de pagamento		2.561	(1.935)
Aumento de tributos e contribuições sociais		559	15.591
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.970)	(8.487)
Aumento de obrigações estimadas		1.258	64
Aumento de passivo financeiro setorial		39.897	39.891
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		21.225	(10.495)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		336.676	157.172
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(90.527)	121.491
Aplicações no intangível e imobilizado	14	(127.264)	(134.145)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	23	3.281	7.354
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(214.510)	(5.300)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	16	220.815	91.047
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(159.951)	(130.729)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	16	(42.745)	(39.523)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		5.995	(18.028)
Pagamentos de dividendos	20.6	(76.972)	(58.975)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(52.858)	(156.208)
Variação líquida do caixa		69.308	(4.336)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		45.979	50.315
Caixa mais equivalentes de caixa finais		115.287	45.979
Variação líquida do caixa		69.308	(4.336)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	20	2.125.275	1.637.793
Outros resultados	23	3.281	7.354
Receitas relativas a construção de ativos próprios	20 e 24	137.931	167.726
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	22	(2.241)	(9.772)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		840.442	693.491
Materiais e serviços de terceiros		104.504	103.982
Outros custos operacionais		155.695	210.344
		1.100.641	1.007.817
Valor adicionado bruto		1.163.605	795.284
Amortização e depreciação	22	58.023	53.672
Valor adicionado líquido		1.105.582	741.612
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	76.351	46.471
Valor adicionado total a distribuir		1.181.933	788.083
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		82.861	69.156
Benefícios		21.500	22.177
FGTS		5.864	5.406
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		140.926	130.614
Estaduais		476.651	331.346
Municipais		521	573
Obrigações intrasetoriais		117.705	19.013
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	24	226.588	88.336
Aluguéis		2.353	2.098
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	20.6	48.041	35.979
Dividendos adicionais propostos	20.6	14.040	28.931
Reserva legal	20.3	5.348	5.968
Reserva de redução de imposto de renda	20.4	39.535	26.033
Reserva de lucros	20.5	-	22.453
		1.181.933	788.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Remuneração das imobilizações sem curso	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Legal	Retenção de lucros	Redução de imposto de renda				
Saldos em 01 janeiro de 2014		425.805	2.457	94.078	467	51.210	-	35.619	6.996	-	(18.546)	598.086
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 25/04/2014	20.1	35.619	-	-	-	-	-	(35.619)	-	-	-	-
Dividendos exercício 2013		-	-	-	-	-	-	-	(6.996)	-	-	(6.996)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.999)	(2.999)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	119.364	-	119.364
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	20.3	-	-	-	5.968	-	-	-	-	(5.968)	-	-
Reserva lucros	20.4	-	-	-	-	22.453	-	-	-	(22.453)	-	-
Incentivo fiscal - laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	20.4	-	-	-	-	-	26.033	-	-	(26.033)	-	-
Dividendos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.979)	-	(35.979)
Dividendos adicionais propostos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	28.931	(28.931)	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2014		461.424	2.457	94.078	467	57.178	22.453	26.033	28.931	-	(21.545)	671.476
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 30/04/2015	20.1	26.033	-	-	-	-	-	(26.033)	-	-	-	-
Dividendos exercício 2014		-	-	-	-	-	-	-	(28.931)	-	-	(28.931)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.661)	(6.661)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	106.964	-	106.964
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	20.3	-	-	-	5.348	-	-	-	-	(5.348)	-	-
Incentivo fiscal - laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	20.4	-	-	-	-	-	39.535	-	-	(39.535)	-	-
Dividendos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.041)	-	(48.041)
Dividendos adicionais propostos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	14.040	(14.040)	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2015		487.457	2.457	94.078	467	62.526	22.453	39.535	14.040	-	(28.206)	694.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2015						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2015			2014		
Receita líquida (RL)	1.469.355			1.299.392		
Resultado operacional (RO)	99.683			138.846		
Folha de pagamento bruta (FPB)	93.876			88.991		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	16.595	17,68%	1,13%	16.247	18,26%	1,25%
Encargos sociais compulsórios	24.366	25,96%	1,66%	21.190	23,81%	1,63%
Previdência privada	10.655	11,35%	0,73%	7.258	8,16%	0,56%
Saúde	4.545	4,84%	0,31%	3.708	4,17%	0,29%
Segurança e saúde no trabalho	123	0,13%	0,01%	122	0,14%	0,01%
Educação	361	0,38%	0,02%	385	0,43%	0,03%
Cultura	5	0,01%	0,00%	9	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	553	0,59%	0,04%	930	1,05%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	187	0,20%	0,01%	137	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	8.021	8,54%	0,55%	7.656	8,60%	0,59%
Outros	2.147	2,29%	0,15%	1.988	2,23%	0,15%
Total - Indicadores sociais internos	67.558	71,97%	4,60%	59.630	67,01%	4,59%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	453	0,45%	0,03%	199	0,14%	0,02%
Cultura	1.311	1,32%	0,09%	1.527	1,10%	0,12%
Saúde e saneamento	541	0,54%	0,04%	256	0,18%	0,02%
Esporte	177	0,18%	0,01%	157	0,11%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.166	1,17%	0,08%	1.157	0,83%	0,09%
Total das contribuições para a sociedade	3.648	3,66%	0,25%	3.296	2,37%	0,25%
Tributos (excluídos encargos sociais)	593.732	595,62%	40,41%	462.842	333,35%	35,62%
Total - Indicadores sociais externos	597.380	599,28%	40,66%	466.138	335,72%	35,87%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	99	0,10%	0,01%	131	0,09%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	99	0,10%	0,01%	131	0,09%	0,01%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.979			2.019		
Nº de admissões durante o período	163			223		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	387			334		
Nº de estagiários(as)	90			70		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	271			269		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	319			314		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,64%			25,97%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	991			1.012		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	17,95%			28,57%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	99			105		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	24,03			25,95		
Número total de acidentes de trabalho	15			12		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 16.684	no Procon 596	na Justiça 2.178	na empresa 17.500	no Procon 480	na Justiça 2.003
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 94,58%	no Procon 56%	na Justiça 49%	na empresa 99%	no Procon 47%	na Justiça 35%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 1.181.933			Em 2014: 788.083		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62% governo 9% colaboradores(as) 5% acionistas 20% terceiros 4% retido			61% governo 12% colaboradores(as) 8% acionistas 12% terceiros 7% retido		
7 - Outras informações	2015			2014		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0			0		
7.1.2 - Investimento do Estado	0			0		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	0			0		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	0			0		
7.2 - Programa de eficiência Energética	7.093			5.386		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	4.406			3.507		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	11.499			8.893		

Notas Explicativas

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.355.230 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 21, respectivamente

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2016.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

Nota 6 - Consumidores e concessionárias;

Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota 12 - Créditos tributários;

Nota 19 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;

Nota 21 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;

Nota 27 - Instrumentos financeiros derivativos.

Nota 28 - Planos de suplementação de aposentadoria e pensões;

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas não obrigatórias, mas que podem ser adotadas antecipadamente para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Esta classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 27.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro setorial.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na

compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 27 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

"Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. Contas a receber da concessão - representam a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, no exercício de 2012, foi registrado como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- g. Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9.
- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão.
- j. Juros e encargos financeiros são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

- k. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- I. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- m. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 27.
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o

lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- o. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização.
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação.
- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero.
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	29.827	27.910
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	85.460	18.069
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	36.879	18.069
Debêntures (1)	48.581	-
Total caixa e equivalentes de caixa (2)	115.287	45.979

A carteira de aplicações financeiras de liquidez imediata é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 111,30% do CDI (96,11% do CDI em 2014).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	2015	2014
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	137.964	33.841
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	29.287	32.488
Fundo de Renda Fixa (1)	699	735
Fundos de Investimento (2)	107.978	618
CCB	20.204	-
Debêntures	37.091	4
Compromissadas	4.511	-
DPGE	35	47
Títulos públicos	175	60
Fundo de renda fixa	45.413	-
Outros instrumentos	549	507
Mantidas até o vencimento	4.719	3.880
Fundos de Investimento em direitos creditórios - FIDC (3)	4.719	3.880
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (4)	142.683	37.721
Circulante	109.737	8.731
Não Circulante	32.946	28.990

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas,

debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 111,30% do CDI (96,11% do CDI em 2014).

- (1) Fundos de renda fixa Itaú - possui liquidez imediata e é remunerado a 100% do CDI.
- (2) Fundos de investimentos exclusivos que inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remunerados de 104,43% até 127,75% do CDI.
- (3) Fundo de investimento em direitos creditórios cujo vencimento ocorrerá em 29/12/2020.
- (4) Inclui R\$35.254 (R\$37.610 em 2014) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

6 Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ devedores duvidosos (4)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2015	2014
Valores correntes: (1)									
Residencial	32.117	-	37.899	4.509	107	40	(4.656)	70.016	38.444
Industrial	21.744	-	2.433	458	839	5.293	(5.293)	25.474	25.839
Comercial	25.317	-	7.397	967	319	1.675	(1.994)	33.681	23.604
Rural	4.725	-	3.642	519	36	54	(54)	8.922	4.876
Poder público	12.616	-	974	158	36	91	(91)	13.784	10.485
Iluminação pública	9.755	-	409	98	40	6	(6)	10.302	7.053
Serviço público	5.904	-	161	46	85	1	(1)	6.196	4.664
Fornecimento não faturado	51.831	-	-	-	-	-	-	51.831	52.192
Valores renegociados:									
Residencial	2.398	9.199	1.422	423	706	4.569	(8.245)	10.472	6.683
Industrial	2.165	2.117	296	90	123	2.992	(3.574)	4.209	1.634
Comercial	736	2.269	479	118	188	2.531	(3.519)	2.802	793
Rural	223	633	114	50	94	786	(1.126)	774	185
Poder público	3.381	39.486	312	41	-	48	(223)	43.045	30.916
Iluminação pública	1.119	5.206	449	9	1	15	(25)	6.774	12.341
Serviço público	1.161	5.320	1.407	9	12	187	(426)	7.670	10.255
(-) Ajuste valor Presente (3)	(260)	(19.585)	-	-	-	-	-	(19.845)	(8.615)
Subtotal -clientes	174.932	44.645	57.394	7.495	2.586	18.288	(29.233)	276.107	221.349
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	10.583	-	-	-	-	40	(40)	10.583	(52)
Outros	1.059	-	-	-	-	-	(744)	315	664
Total	186.574	44.645	57.394	7.495	2.586	18.328	(30.017)	287.005	221.961
Circulante								276.383	202.126
Não Circulante								10.622	19.835

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento de energia - moeda nacional em 31 de dezembro de 2015, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$10.623 (R\$40 em 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$5.513 (R\$13.867 em 2014), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$28.579 (R\$3.137 em 2014), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2015	2014
Créditos a vencer	10.583	-
Créditos vencidos (*)	40	40
	10.623	40
(-) Aquisições de energia na CCEE	(5.513)	(13.867)
(-) Encargos de serviços do sistema	(28.579)	(3.137)
	(23.469)	(16.964)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 14,14% a.a. (11,51% em 2014). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante; e
- (4) Provisão para créditos de devedores duvidosos - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorrida no exercício de 2015 e 2014:

Movimentação das provisões	2015	2014
Saldo - inicial -circulante - 2015 e 2014	34.852	29.652
Provisões constituídas no exercício	6.996	9.532
Reversão de provisões no exercício	(11.649)	(4.332)
Saldo - final - circulante - 2015 e 2014	30.199	34.852
Consumidores e concessionárias	30.017	34.674
Outras contas a receber	182	178

7 Impostos a recuperar

	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	19.573	22.532
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	4.407	679
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	22.527	18.541
Contribuição social sobre o lucro - CSLL (c)	7.026	3.846
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	13.467	29.568
Outros	-	394
	67.000	75.560
Circulante	47.998	47.855
Não circulante	19.002	27.705

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.

- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

8 Revisão e reajuste tarifário periódico

8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.938 de 25 de agosto de 2015, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor desde 28 de agosto de 2015, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 10,79%.

8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 3,8%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

8.3 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 3,02%.

8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março foi de R\$5,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$4,50 para cada

100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração quando passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9 Ativos e passivos financeiros setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva, ou seja, iniciado em dezembro de 2014.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativo e passivo financeiro setorial tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldo em 2014	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	177.186	61.479	(114.196)	(1.264)	-	123.205	99.143	24.062	109.169	14.036
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	832	-	-	-	(832)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	6.016	3.504	(4.746)	(63)	-	4.711	3.173	1.538	3.814	897
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	930	37.642	(11.930)	355	-	26.997	16.065	10.932	20.620	6.377
Componentes financeiros										
Exposição de submercados	-	5.142	(328)	-	(1.815)	2.999	2.999	-	2.999	-
Outros itens financeiros	4.380	-	-	-	(4.380)	-	-	-	-	-
Total Ativo	189.344	107.767	(131.200)	(972)	(7.027)	157.912	121.380	36.532	136.602	21.310

Passivo Financeiro Setorial	Saldo em 2014	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.141	356	-	(832)	665	665	-	665	
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	30.662	13.077	(20.738)	(391)	-	22.610	25.258	(2.648)	22.610	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	1.414	689	(1.852)	-	-	251	650	(399)	251	-
Sobrecontratação de energia (ii)	69.530	59.257	(22.649)	1.843	-	107.981	33.155	74.826	64.332	43.649
CUSD	5.783	(4.621)	(656)	-	-	506	401	105	445	61
Exposição de submercados	1.815	-	-	-	(1.815)	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros	-	32.567	(9.663)	-	(4.380)	18.524	18.786	(262)	18.524	-
Total Passivo	109.204	102.110	(55.202)	1.452	(7.027)	150.537	78.915	71.622	106.827	43.710
Saldo líquido	80.140	5.657	(75.998)	(2.424)	-	7.375	42.465	(35.090)	29.775	(22.400)

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS - representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

(iv) Neutralidade - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

10 Outros créditos

	2015	2014
Baixa renda (1)	11.082	23.574
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	18.339	8.893
Ordens de serviço em curso - outros	431	1.388
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	18.308	26.642
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.611	1.303
Ressarcimento geradoras (3)	11.133	-
Adiantamentos	892	144
Outros	144	1.126
Total	61.940	63.070
Circulante	46.580	61.566
Não circulante	15.360	1.504

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário:

(1) Baixa Renda

	2015	2014
Saldo - inicial 2014 e 2013	23.574	13.053
Subvenção baixa renda	67.959	84.457
Ressarcimento Eletrobrás	(80.451)	(73.936)
Saldo- final - circulante -2015 e 2014	11.082	23.574

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	2015	2014
Saldo - inicial 2014 e 2013	26.642	5.028
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	60.165	43.019
Ressarcimento Eletrobrás	(70.109)	(21.405)
Atualização monetária (*)	1.610	-
Total	18.308	26.642

(*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em aberto corresponde à subvenção incorrida nos meses de outubro de 2015 a dezembro de 2015, cujos ressarcimentos ocorreram em janeiro de 2016 e fevereiro de 2016.

(3) Ressarcimento geradoras

A Companhia reconheceu no exercício R\$11.133 como redutor de custo de energia comprada, referente aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na modalidade de contratos por disponibilidade que possuem obrigação de entrega de um montante mínimo vinculado a estes contratos. Caso ocorra indisponibilidade de energia e/ou de geração verificada inferior à inflexibilidade da usina, os geradores ficam obrigados, conforme Procedimentos de Comercialização Vigentes, a compensar as Distribuidoras por meio de ressarcimentos.

11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e

Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas no exercício:

	Serviços contratados (Despesa) ⁽¹⁾	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) ⁽²⁾	Comissão aval (Despesa financeira) ⁽³⁾	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa S/A	24.052	-	8.236	-	1.889
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	-	64	-	245	230
2015	24.052	64	8.236	245	2.119
2014	22.963	4.432	6.635	250	2.465

(1) Os serviços contratados junto a Controladora Energisa S/A refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$2.761 (R\$2.395 em 2014) e da Diretoria foi de R\$1.967 (R\$1.894 em 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$594 (R\$540 em 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$612 (R\$649 em 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$65 e R\$5 (R\$60 e R\$5 em 2014), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2015 foi de R\$19 (R\$17 em 2014).

Na AGO de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$9.280 (R\$8.721 em 2014).

12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2015	2014
Ativo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	150.826	112.270
Contribuição social sobre o lucro líquido	54.297	40.417
Total - não circulante	205.123	152.687
Passivo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	30.042	19.166
Contribuição social	10.815	6.900
	40.857	26.066
Totais líquidos - ativos não circulantes	164.266	126.621

As diferenças temporárias são como segue:

	2015		2014	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Variações cambiais passivas	206.465	70.198	72.030	24.490
Créditos fiscais - ágio (1)	167.313	56.886	179.369	60.985
Provisão ajuste atuarial	82.708	27.954	67.802	23.052
Provisões para riscos - contingências civis, trabalhistas e fiscais.	53.391	18.153	51.097	17.373
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	23.555	8.009	28.209	9.591
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	26.169	8.897	30.475	10.362
Ajuste a valor presente	19.845	6.747	8.615	2.929
Ativo financeiro setorial (CVA's)	12.084	4.109	-	-
Outras adições temporárias	11.774	4.170	11.482	3.905
Marcação a mercado - dívida	(4.818)	(1.638)		
Marcação a mercado - derivativo	(65.417)	(22.242)	(48.385)	(16.451)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(49.933)	(16.977)	(28.280)	(9.615)
Total - ativo não circulante	483.136	164.266	372.414	126.621

(1) O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2016	11.320
2017	13.701
2018	12.242
2019	20.446
2020	24.327
2021 a 2025	123.087
Total	205.123

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2015	2014
Lucro antes dos impostos	99.683	138.846
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(33.892)	(47.208)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	39.535	26.033
Outras exclusões permanentes (**)	1.638	1.693
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	7.281	(19.482)
Alíquota efetiva	7,30%	14,03%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(**) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal

de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

13 Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA. Com a aplicação do novo índice de atualização desde a última revisão tarifária, foram apurados efeitos de R\$800, registrados em receita financeira na demonstração de resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$21.653 (R\$7.062 em 2014). Incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2015	2014
Ativo financeiro - 2015 e 2014	276.224	225.555
Adições no exercício (*)	53.975	45.523
Baixas no exercício	(2.093)	(1.916)
Ativo financeiro	328.106	269.162
Atualização do contas a receber da concessão - VNR (**)	21.653	7.062
Ativo financeiro custo corrigido- 2015 e 2014	349.759	276.224

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão;

(**) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14 Intangível e Imobilizado

	2015	2014
Intangível - Contrato de concessão	678.546	668.384
Imobilizado	10.973	12.410
Total	689.519	680.794

Intangível - Contrato de concessão:

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

Intangível	Saldos 2014	Adição (**)	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldos 2015
Intangível em Serviço						
Custo	1.254.486	987	91.383	(9.543)	-	1.337.313
Amortização Acumulada	(494.761)	(791)	-	4.153	(64.575)	(555.974)
Subtotal	759.725	196	91.383	(5.390)	(64.575)	781.339
Em Curso	81.636	127.220	(91.383)	(56.449)	-	61.024
Total	841.361	127.416	-	(61.839)	(64.575)	842.363
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	192.254	987	4.160	-	-	197.401
Amortização Acumulada	(46.312)	(791)	-	-	(9.224)	(56.327)
Subtotal	145.942	196	4.160	-	(9.224)	141.074
Em Curso	27.035	2.342	(4.160)	(2.474)	-	22.743
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	172.977	2.538	-	(2.474)	(9.224)	163.817
Total Intangível	668.384	124.878	-	(59.365)	(55.351)	678.546
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	15.925	-	1.087	-	-	17.012
Veículos	120	-	-	-	-	120
Móveis e utensílios	12.172	-	193	-	-	12.365
Total do imobilizado em serviço	28.544	-	1.280	-	-	29.824
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(103)	-	-	-	(11)	(114)
Máquinas e equipamentos	(8.152)	-	-	-	(2.142)	(10.294)
Veículos	(97)	-	-	-	(15)	(112)
Móveis e utensílios	(7.782)	-	-	-	(549)	(8.331)
Total Depreciação acumulada	(16.134)	-	-	-	(2.717)	(18.851)
Subtotal Imobilizado	12.410	-	1.280	-	(2.717)	10.973
Imobilizado em curso	-	1.280	(1.280)	-	-	-
Total do Imobilizado	12.410	1.280	-	-	(2.717)	10.973
Total do intangível e do imobilizado	680.794	126.158	-	(59.365)	(58.068)	689.519

(*) Das baixas no montante de R\$59.365, R\$53.975 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$5.390 referem-se à baixas realizadas no exercício.

(**) Em outubro de 2015 foi concluído a transferência dos ativos intangíveis subestações, originados da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, no montante de R\$196 conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.462 de 12/2013, registrado em contrapartida das obrigações vinculadas a concessão.

Intangível	Saldos 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldos 2014
Intangível em Serviço						
Custo	1.187.032	-	87.596	(20.142)	-	1.254.486
Amortização Acumulada	(448.855)	-	-	14.308	(60.214)	(494.761)
Subtotal	738.177	-	87.596	(5.834)	(60.214)	759.725
Em Curso	62.801	153.003	(87.596)	(46.572)	-	81.636
Total	800.978	153.003	-	(52.406)	(60.214)	841.361
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	188.990	-	3.273	(9)	-	192.254
Amortização Acumulada	(37.104)	-	-	-	(9.208)	(46.312)
Subtotal	151.886	-	3.273	(9)	(9.208)	145.942
Em Curso	39.908	6.448	(3.273)	(16.048)	-	27.035
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	191.794	6.448	-	(16.057)	(9.208)	172.977
Total Intangível	609.184	146.555	-	(36.349)	(51.006)	668.384
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	14.508	-	1.541	(124)	-	15.925
Veículos	247	-	-	(127)	-	120
Móveis e utensílios	12.004	-	179	(11)	-	12.172
Total do imobilizado em serviço	27.086	-	1.720	(262)	-	28.544
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(92)	-	-	-	(11)	(103)
Máquinas e equipamentos	(6.078)	-	-	6	(2.080)	(8.152)
Veículos	(164)	-	-	99	(32)	(97)
Móveis e utensílios	(7.241)	-	-	2	(543)	(7.782)
Total Depreciação acumulada	(13.575)	-	-	107	(2.666)	(16.134)
Subtotal Imobilizado	13.511	-	1.720	(155)	(2.666)	12.410
Imobilizado em curso	-	1.720	(1.720)	-	-	-
Total do Imobilizado	13.511	1.720	-	(155)	(2.666)	12.410
Total do intangível e do imobilizado	622.695	148.275	-	(36.504)	(53.672)	680.794

(*) Das baixas no montante de R\$36.504, R\$45.523 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$5.980 referem-se à baixas realizadas no exercício e R\$14.999 referem-se à devolução de obrigações especiais do Programa Luz para todos, transferido para a rubrica da empréstimos e financiamentos - 5º tranche em agosto de 2014.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,40% (3,97% em 2014).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	2015	2014
Contribuições do consumidor	84.939	73.948
Participação da União - recursos CDE	125.966	140.117
Participação do Governo do Estado	11.938	11.938
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	12.587	6.098
(-) Amortização acumulada	(56.327)	(46.312)
Total	179.103	185.789
Alocação:		
Contas a receber da concessão	15.286	12.812
Infraestrutura - Intangível em serviço	141.074	145.942
Infraestrutura - Intangível em curso	10.156	20.937
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	12.587	6.098
Total	179.103	185.789

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015 passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Até 31 de dezembro de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$12.587 (R\$6.098 em 2014), devendo ser amortizada a partir do próximo ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado:

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2015	2014
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,24%	16,55%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

15 Fornecedores

	2015	2014
Suprimento:		
CCEE	5.513	13.867
Contratos Bilaterais (1)	60.355	70.246
Encargos do serviço de sistema (1)	28.579	3.137
Conexão à rede (1)	405	325
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	499	810
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	3.414	4.660
Materiais, serviços e outros (2)	18.974	26.946
Total	117.739	119.991
Circulante	115.093	117.345
Não Circulante	2.646	2.646

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes á eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	321.025	311.458
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	532.997	311.246
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.421	1.508
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.221	2.012
(-) Custos a amortizar	(1.164)	(1.392)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(4.818)	-
Total	851.682	624.832
Circulante	196.427	141.504
Não Circulante	655.255	483.328

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros)	Garantias
	2015	2014					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	61.712	61.591	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	6.625	10.713	5,00% a.a. (Pré)	mar-22	Mensal	5,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	1.552	5.830	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,00%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	28.809	13.646	SELIC	mar-16	Mensal	13,32%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	14.282	23.773	7,80% a.a. (Pré)	jun-17	Mensal	7,80%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	40.706	48.019	TJLP + 4,00% a.a.	jun-17	Mensal	11,00%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	3.644	6.071	8,10% a.a. (Pré)	jun-19	Mensal	8,10%	F + E
Repasso BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	27.320	33.715	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez-23	Mensal	10,50% a 15,90%	A
Repasso BNDES - BNB	25.256	32.793	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan-19	Mensal	10,40% a 11,40%	A
Repasso BNDES - Citibank ⁽³⁾	28.682	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasso BNDES - Itaú ⁽³⁾	7.763	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasso BNDES - Bradesco ⁽³⁾	5.924	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasso BNDES - Citibank ⁽³⁾	20.309	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasso BNDES - Itaú ⁽³⁾	5.497	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasso BNDES - Bradesco ⁽³⁾	4.194	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
FINAME - Itaú	35.282	36.546	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago-23	Mensal	2,5% a 10%	A
Parcelamento FUNASA	4.889	-	IPCA	dez-29	Mensal	6,97% a 10,67%	-
CCB - Itaú	-	40.269	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.164)	(1.392)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	321.282	311.574					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	-	45.511	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	237.036	161.438	3,49% a.a. (Pré)	abr-18	Anual	50,50%	A
Resolução 4131 - Citibank ^(1 e 4)	258.875	106.309	Libor + 1,90% a.a.	mai-19	Anual	49,20%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ^(1 e 4)	39.307	-	Libor + 2,5% a.a.	out-16	Final	49,80%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(4.818)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	530.400	313.258					
Total	851.682	624.832					

A = Aval Energisa S.A., E = Fundo de reserva, F = Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$32.946 (R\$28.990 em 2014), registrados na rubrica, "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 27).

(2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 27).

(3) A controladora Energisa S.A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$97.496, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2015 foram liberados R\$72.299, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

- (4) O contrato possui proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 27). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.
- (5) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/Indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
LIBOR	0,29%	0,23%
IPCA	10,67%	6,41%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	271.654
2018	211.405
2019	100.427
2020	43.756
Após 2020	28.013
Total	655.255

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2015	2014
Saldos em 2015 e 2014	624.832	531.735
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	223.144	104.328
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	211.220	69.846
Marcação a Mercado das Dívidas	(4.818)	-
Pagamento de principal	(159.951)	(50.516)
Pagamento de juros	(42.745)	(30.561)
Saldos em 2015 e 2014	851.682	624.832
Circulante	196.427	141.504
Não circulante	655.255	483.328

Em 15 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou o resgate da totalidade das debentures de 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$80.213 de principal, R\$8.962 de juros e reconhecimento de encargos financeiros no montante de R\$9.146.

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2016	2017	2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	97	97	291	485
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	55	-	165
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	28	14	-	42
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	104	104	156	364
Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	18	18	72	108
	357	288	519	1.164

17 Tributos e Contribuições Sociais

	2015	2014
Imposto s/ circulação demercadorias e serviços - ICMS	40.476	29.609
Encargos sociais	2.943	2.293
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	29.734	21.766
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	11.214	8.722
Contribuições ao PIS e a COFINS	20.213	30.410
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	968	1.198
Outros	917	1.559
Total	106.465	95.557
Circulante	65.034	67.297
Não circulante	41.431	28.260

18 Encargos setoriais

	2015	2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.876	386
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	720	470
Ministério de Minas e Energia - MME	360	235
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.305	8.706
Programa de Eficiência Energética - PEE	20.105	12.901
Total	45.366	22.698
Circulante	33.295	15.257
Não-circulante	12.071	7.441

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses

novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

19 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 2015	Total 2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	19.988	28.461	2.648	51.097	37.604
Provisão contingências	6.327	9.171	14	15.512	22.376
Reversões de provisões	(3.667)	(4.955)	(565)	(9.187)	(4.935)
Pagamentos	(2.405)	(6.432)	-	(8.837)	(6.355)
Atualização	1.710	2.835	261	4.806	2.407
Saldos finais - 2015 e 2014	21.953	29.080	2.358	53.391	51.097
Depósitos e cauções vinculados (*)				(7.021)	(8.392)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$26.612 (R\$23.334 em 2014) dos quais R\$19.591 (R\$14.942 em 2014) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou remoto.

Perdas prováveis

Trabalhistas:

A maioria das ações tem por objeto (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos moral, jornada de trabalho, diferença salarial), (ii) responsabilidade subsidiária (horas extras, vínculo, 13º salário, adicional periculosidade), (iii) indenização (acidente de trabalho, danos morais e materiais, verbas contratuais), entre outros, estando a variação relacionada a (i) novos entrantes propostos no período, (ii) atualização monetária da base de ativos, (iii) alteração de provisão aumentos e baixas e (iv) reversões ocorridas no período.

Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente Indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores (cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, entre outros).

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Fiscais:

Refere-se a discussões relacionadas a tributos (IRPJ, CSLL, IPTU, ISS) e ação regressiva acidentária (auxílio doença por acidente de trabalho). Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, pois encontram-se devidamente garantidos.

Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

Os processos relacionados o ISS, tramitam na esfera administrativa onde se discute ausência de retenção do imposto, no que tange a questões de compartilhamento de infra estrutura, já em fase de encerramento.

O processo de IRPJ/CSLL trata de diferenças apuradas no exercício 1997 a 2001, estando o processo em fase de andamento no CARF.

Os processos que envolvem ação regressiva acidentária estão relacionados a ressarcimento ao INSS pelos custos que arcou para tratar a saúde dos empregados acidentados.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$386.593 (R\$315.922 em 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Os aumentos ou reduções apresentados ao longo dos anos envolvem movimentações relacionadas à entrada de novos processos, alterações de provisão, reversão e atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas:

Ações judiciais de natureza trabalhistas na condição de réu no montante R\$21.400 (R\$19.826 em 2014), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento no valor envolvido para o contencioso trabalhista está relacionado à entrada de 78 novos processos, no exercício de 2015, dentre os quais o mais relevante com valor envolvido de R\$2.000 (Ação Civil Pública), onde se discute questões relacionadas a limites mínimo e máximo para contratação, manutenção ou extinção do contrato de trabalho, associado a questão de indenização por danos morais, restando os demais processos pleitos relacionados a horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$93.403 (R\$88.733 em 2014), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

Com relação à movimentação de novos entrantes devemos destacar a entrada de 1.085 processos, no exercício de 2015, com pleitos que envolvem: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; (iii) deslocamento de poste, (iv) variação/revisão de consumo (v) cobrança por irregularidades, entre outros;

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$271.790 (R\$207.363 em 2014) referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, leilão de energia, entre outros.

Incremento no montante de R\$64.427 refere-se, principalmente a alteração do prognóstico de remoto para possível de processo referente a auto de infração lavrado pela Receita Estadual em virtude da glosa de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto de creditamento no Livro CIAP (Controle do Crédito do Ativo Permanente) supostamente não poderiam ser considerados de Ativo Fixo, por não serem de propriedade da Impugnante, mas sim do Poder Concedente (União Federal), o registro de tais operações no Ativo Imobilizado era possível somente até o ano de 2009. Segundo o entendimento da Receita, a partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração no Ativo Intangível. Auto de infração relativo ao ano de 2010.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

20 Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$487.457 (R\$461.424 em 2014) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$26.033, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$487.457.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176 em ações ordinárias e até 1.907.824 em ações preferenciais.

20.2 Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº14, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia a medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

20.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

20.4 Reserva de lucros- reserva de redução de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 197/2012 - Ofício SUDENE n.1.957 de 12/12/2012, que impõe algumas obrigações e restrições:

(i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;

(ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apurou R\$39.535 (R\$26.033 em 2014) de redução de imposto de renda e adicionais.

20.5 Reserva de lucros - retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do lucro líquido do exercício, R\$22.453 foram destinados para a reserva de retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado pela Diretoria e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

20.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	106.964	119.364
Reserva legal (5%)	(5.348)	(5.968)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(39.535)	(26.033)
Lucro líquido ajustado	62.081	87.363
Dividendos obrigatórios (25%)	15.520	21.841
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em junho de 2014 - R\$33,9102 por ação	-	31.135
. Pagos em setembro de 2014 - R\$5,2755 por ação	-	4.844
. Pagos em 03 de junho de 2015 - R\$7,0489 por ação	6.472	-
. Pagos em 26 de agosto de 2015 - R\$27,2284 por ação	25.000	-
. Pagos em 27 de agosto de 2015 - R\$5,4457 por ação	5.000	-
. Pagos em 29 de agosto de 2015 - R\$12,6024 por ação	11.569	-
	48.041	35.979
(**) Dividendos adicionais propostos R\$15,2941 por ação (R\$31,51 em 2014)	14.040	28.931
Total dos dividendos	62.081	64.910
% sobre o lucro líquido ajustado	100	74

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 28 de maio, e 29 de julho de 2015 (11 de junho, e 05 de setembro de 2014) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de junho de 2015 (30 de abril e 30 de junho de 2014) .

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

20.7 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação no exercício de 2015 e 2014:

	2015	2014
Saldo inicial - 2014 e 2013	(21.545)	(18.546)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(10.092)	(4.544)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	3.431	1.545
Saldo final - 2015 e 2014	(28.206)	(21.545)

21 Receita operacional

	2015			2014		
	Não auditadas pelos auditores independentes			Não auditadas pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	1.113.646	1.592.706	926.171	1.076.109	1.534.598	620.236
Industrial	4.317	511.179	238.018	4.485	628.497	188.148
Comercial	93.737	714.432	425.955	93.019	684.392	295.787
Rural	125.607	274.963	85.094	121.405	263.409	52.667
Poder Público:	15.926	234.590	134.175	15.823	229.977	95.059
Iluminação Pública	690	253.399	95.968	663	228.313	57.788
Serviço Público	1.032	194.297	65.815	1.031	212.582	46.689
Consumo Próprio	255	4.438	-	234	4.350	-
Subtotal	1.355.210	3.780.004	1.971.196	1.312.769	3.786.118	1.356.374
Suprimento	-	194.572	40.653	-	81.389	6.651
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(40.086)	(360)	-	12.458	15.042
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	20	-	43.372	20	-	29.966
Faturamento Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	7.054	-	-	-
Receita de Construção (1)	-	-	134.159	-	-	167.726
Outras receitas operacionais	-	-	12.067	-	-	13.933
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(2.038)	-	-	(4.107)
(-) Excedente de Reativos	-	-	(4.451)	-	-	-
Constituição e Amortiz-CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(22.083)	-	-	-
Constituição e Amortiz - Demais Ativos e Passivos financeiros setoriais (2)	-	-	(48.258)	-	-	84.076
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	128.123	-	-	127.476
Total - receita operacional bruta	1.355.230	3.934.490	2.259.434	1.312.789	3.879.965	1.797.137
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	476.651	-	-	331.346
PIS	-	-	34.831	-	-	26.954
COFINS	-	-	160.435	-	-	124.152
ISS	-	-	457	-	-	389
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	6.678	-	-	5.317
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	102.223	-	-	4.270
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	6.678	-	-	5.317
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.126	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	790.079	-	-	497.745
Total - receita operacional líquida	1.355.230	3.934.490	1.469.355	1.312.789	3.879.965	1.299.392

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram de R\$163.548, além de ter recebido da CCRBT o montante de R\$7.054.

Para os meses de janeiro a Dezembro de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho 583 de 4 de março de 2015	(1.755)
Fevereiro	Despacho 829 de 30 de março de 2015	(716)
Março	Despacho 1356 de 4 de maio de 2015	(948)
Abril	Despacho 1743 de 29 de maio de 2015	1.759
Maió	Despacho 2131 de 30 de junho de 2015	5.097
Junho	Despacho 2440 de 29 de julho de 2015	3.157
Julho	Despacho 3386 de 06 de outubro de 2015	1.477
Agosto	Despacho 3387 de 06 de outubro de 2015	(1.594)
Setembro	Despacho 3607 de 29 de outubro de 2015	(325)
Outubro	Despacho 3887 de 01 de dezembro de 2015	1.396
Novembro	Despacho 007 de 05 de janeiro de 2016	(126)
Dezembro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016	(368)
Total		7.054

22 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativa	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda	669.304	-	-	-	669.304	590.505
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	106.407	-	-	-	106.407	50.184
Pessoal e administradores	-	63.501	24	47.606	111.131	105.335
Entidade de previdência privada	-	4.624	-	11.841	16.465	7.258
Material	-	11.980	196	2.472	14.648	14.487
Serviços de terceiros	-	36.415	-	51.550	87.965	86.505
Depreciação e amortização	-	50.166	-	7.857	58.023	53.672
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	2.241	-	-	2.241	9.772
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(2.512)	(2.512)	11.086
Custo de construção	-	-	134.159	-	134.159	167.726
Outras	-	5.905	3	12.253	18.161	18.864
	775.711	174.832	134.382	131.067	1.215.992	1.115.394

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2015	2014	2015	2014
Energia de leilão	2.184.505	2.066.279	378.330	412.051
Energia bilateral	439.014	438.964	123.945	82.455
Cotas de Angra REN 530/12	152.072	151.459	25.460	22.719
Energia de curto prazo - CCEE	7.648	226.024	142.228	249.935
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.771.506	1.594.169	57.717	49.696
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	88.852	91.130	21.476	23.019
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(25.742)	(201.707)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(54.110)	(47.664)
Total	4.643.597	4.568.025	669.304	590.505

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.742 (R\$ 201.707 em 2014).

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015, foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(***) Não auditado pelos auditores independentes.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

23 Outros resultados

	2015	2014
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	3.281	7.354
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(8.282)	(14.917)
Total	(5.001)	(7.563)

24 Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receita de aplicações financeiras	14.435	15.416
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	33.207	19.739
Atualização contas a receber da concessão - VNR	21.653	7.062
Tributos s/ receitas financeiras	(2.224)	-
Outras receitas financeiras	7.066	4.254
Total receita financeira	74.137	46.471
Encargos de dívidas - juros	(50.270)	(46.350)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(160.950)	(32.642)
(-) Transferência para ordens em curso	3.772	4.275
Ajuste valor presente ativo	(11.230)	1.800
Marcação a mercado da dívida	4.818	-
Marcação a mercado derivativos	(27.552)	(3.511)
Instrumentos financeiros derivativos	50.579	21.199
Atualização de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(4.806)	(2.407)
Custos renegociação de títulos com clientes	(3.256)	(2.302)
Comissão de aval	(8.236)	(6.635)
Juros ativo (passivo) financeiro setorial	(2.424)	(3.936)
Outras despesas financeiras	(13.261)	(13.551)
Total despesa financeira	(222.816)	(84.060)
Despesas financeiras líquidas	(148.679)	(37.589)

25 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício:	106.964	119.364
Média ponderada das ações	918,16	918,16
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	116,50	130,00

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2015	2014
Risco Operacional	23/10/2016	38.000	209	410
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	275	316
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2016	Até R\$ 360 /veículo	182	231
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2016	94.867	266	404
			932	1.361

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2015		2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	115.287	115.287	45.979	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	142.683	142.683	37.721	37.721
Consumidores e concessionárias	287.005	287.005	221.961	221.961
Conta a receber da concessão	349.759	349.759	276.224	276.224
Ativo financeiro setorial	157.912	157.912	189.344	189.344
Instrumentos financeiros derivativos	84.630	84.630	48.385	48.385

PASSIVO	2015		2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	117.739	117.739	119.991	119.991
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	851.682	851.682	624.832	624.832
Instrumentos financeiros derivativos	19.213	19.213	-	-
Passivo financeiro setorial	150.537	150.537	109.204	109.204

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial líquido. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas

relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$4.776 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de novembro de 2015, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$42 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revisada a cada 2 anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado

financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o como segue:

	2015	2014
Dívida (a)	851.682	624.832
Caixa e equivalentes de caixa	(115.287)	(45.979)
Dívida Líquida	736.395	578.853
Patrimônio Líquido (b)	694.807	671.476
Índice de endividamento líquido	1,06	0,86

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		115.093				2.646	117.739
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	13,77%	71.728	167.551	628.457	189.047	40.386	1.097.169
Total		186.821	167.551	628.457	189.047	43.032	1.214.908

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2015	2014
Caixa e equivalente de caixa	115.287	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	142.683	37.721
Consumidores e concessionárias	287.005	221.961
Conta a receber da concessão	349.759	276.224
Ativo financeiro setorial	157.912	189.344
Instrumentos financeiros derivativos	84.630	48.385

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 27.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com alta de 47% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,9048/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 22,6%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 19,3%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2015 de R\$852.846 (R\$626.224 em 2014), R\$530.400 (R\$313.258 em 2014) estão representados em dólares:

- (i) US\$ 60,70 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$ 60,3 milhões de principal);
- (ii) US\$ 66,29 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$66,2 milhões de principal); e
- (iii) US\$ 10,06 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$ 10 milhões de principal).

Os empréstimos em dólares têm vencimento de curto e longo prazo, Outubro de 2016, abril de 2018 e Maio de 2019, e custo de até variação cambial mais 4,11% ao ano.

No balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta no ativo circulante R\$14.799 (R\$8.901 em 2014), R\$69.831 (R\$39.484 em 2014) no ativo não circulante e R\$19.213 no passivo circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 Citibank x EPB 2 P. Ativa P. Passiva	40.000	Libor + 1,89% 101,00% CDI	21/09/2017	3,1975 (Set/17)	Não aplicável
Loan 4131 Itaú BBA x EPB 3 P. Ativa P. Passiva	60.277	VC + 4,11% 108,95% CDI	17/04/2018	3,11 (Abr/17) 3,30 (Abr/18)	Não aplicável
Loan 4131 Citibank x EPB 4 P. Ativa P. Passiva	5.500	Libor + 1,88% CDI + 1,80%	27/02/2019	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x EPB 5 P. Ativa P. Passiva	20.720	Libor + 1,71% CDI + 1,85%	28/05/2019	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 BAML x EPB 6 P. Ativa P. Passiva	10.000	Libor + 2,50% CDI + 1,40%	28/10/2016	-	Fair Value Option

Neste sentido, em 18 de novembro de 2015, a administração da Companhia excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2016 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2015. Os limitadores dos swaps que forem eliminados podem ser vistos no quadro abaixo:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento
Loan 4131 Citibank x EPB 2 P. Ativa P. Passiva	20.000	Libor + 1,89% 101,00% CDI	21/09/2016

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Derivativos	Valor de Referência		Descrição	Valor justo	
	2015	2014		2015	2014
Swap com Opções	234.600	235.098	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	392.455	320.737
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(241.347)	(242.930)
			Opções de Moeda Estrangeira - USD	(100.755)	(29.422)
			Posição Total	50.353	48.385

Fair Value Option	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2015	2014		2015	2014
Dívida (Objeto de Hedge)	39.350	-	Moeda Estrangeira - USD e Libor	(39.264)	-
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	39.350		Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e Libor	39.264	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(40.931)	-
			Posição Total	(1.667)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(40.931)	-

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2015	2014		2015	2014
Dívida (Objeto de Hedge)*	80.785	-	Moeda Estrangeira	(97.800)	-
Swap Cambial (Fair Value Hedge)	80.785	-	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	101.712	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(84.981)	-
			Posição Total	16.731	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(81.069)	-

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	-		35.539	(53.691)	(142.921)
Swap com Opções					
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	392.455		356.916	446.146	535.376
Posição Passiva		Alta USD			
Taxa de Juros CDI	(241.347)		(241.347)	(241.347)	(241.347)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(100.755)		(66.644)	(127.591)	(191.508)
Subtotal	50.353		48.925	77.208	102.521
Líquido	50.353		84.464	23.517	(40.400)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	-		19.008	(11.491)	(41.992)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	140.977	Alta USD	121.969	152.468	182.969
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(125.912)		(125.912)	(125.912)	(125.912)
Subtotal	15.064		(3.943)	26.555	57.056
Líquido	15.064		15.064	15.064	15.064
Total Geral	65.418		99.528	38.581	(25.336)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$99.528 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$38.581 e negativo de R\$25.336, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,13%, TJLP = 6,5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	228.143	Alta do CDI	34.062	42.577	51.093
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(530.399)	Alta USD	(79.189)	(98.986)	(118.783)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(61.712)	Alta CDI	(9.214)	(11.517)	(13.820)
	(135.650)	Alta TJLP	(9.495)	(11.869)	(14.243)
	(58.808)	Alta SELIC	(8.380)	(10.475)	(12.570)
Subtotal (**)	(786.569)		(106.278)	(132.847)	(159.416)
Total	(558.426)		(72.216)	(90.270)	(108.323)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (14,93 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2015, TJLP 7% ao ano e SELIC de 14,25%.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$66.277.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$19.229, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Instrumentos financeiros	Nível	2015	2014
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	2	115.287	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	142.683	37.721
Consumidores e concessionárias	2	287.005	221.961
Instrumentos financeiros derivativos	2	84.630	48.385
Contas a receber da concessão	3	349.759	276.224
Ativo financeiro setorial	3	157.912	189.344

28 Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (PO) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

Para equacionamento do déficit e das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado Funasa - PS a Energisa PB aumentou sua contribuição de 10,44% para 17,43% sobre a folha de pagamento dos empregados ativos e inativos, e em 31 de julho de 2015 firmou contrato de assunção de dívida no montante de R\$4.994. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$4.889, registrado em empréstimos e financiamentos.

Plano de contribuição definida

A Companhia possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima

A seguir, apresenta-se a característica dos planos de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial	
		2015	2014		2015 (*)	2014
Energisa PB	PO	10.246	6.137	17,43	82.708	67.802
Energisa PB	CD	676	631	1,15	-	-
Energisa PB	PS	409	413	0,70	-	-
Total					82.708	67.802
Circulante					10.620	10.847
Não circulante					72.088	56.955

(*) A Companhia reconheceu a totalidade do déficit em suas demonstrações financeiras, tendo sido contabilizado R\$4.889 na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante e R\$77.819 na rubrica benefícios a empregados - plano de pensão, sendo R\$10.620 no circulante e R\$67.199 no não circulante .

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as regras aprovada pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2015		2014	
	PS	PO	PS	PO
Valor presente das obrigações atuariais	(28.640)	(146.727)	(26.220)	(131.163)
Valor justo dos ativos do plano	32.432	64.019	28.104	63.361
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	3.792	(82.708)	1.884	(67.802)
Redução dos ativos dos planos	(3.792)	-	(1.884)	-
Passivo líquido (*)	-	(82.708)	-	(67.802)

Obs: a Patrocinadora realiza no Plano PO as contribuições extraordinárias no valor de 82,74% dos salários e benefícios do grupo inscrito no plano até 01/12/2000, cujo valor atual é de aproximadamente R\$120.000, considerando as hipóteses da respectiva avaliação.

(*) Em 2015, o valor referente ao Plano PO está deduzido da Parcela do Participante no valor de R\$4.346.

Demonstração das despesas para o exercício de 2016, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	PS	PO
Custo do serviço corrente	-	131
Custo dos juros	3.819	18.807
Rendimento esperado do ativo do plano	(4.075)	(8.318)
Despesas/(Receitas) previstas para 2016	(256)	10.620

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido do exercício:

	2015		2014	
	PS	PO	PS	PO
Passivo atuarial líquido no início do exercício	-	67.802	-	61.681
Despesas correntes	212	10.635	517	6.741
Contribuições da Companhia	(409)	(5.822)	-	(5.681)
Outros resultados abrangentes	(1.711)	10.093	(517)	5.061
Passivo atuarial líquido do final do exercício	(1.908)	82.708	-	67.802

Os ativos dos planos são:

	PS		PO	
	2015	2014	2015	2014
Ativos do plano:				
Cotas de fundos de renda fixa	32.086	27.849	55.143	53.657
Investimentos imobiliários	-	-	7.543	7.603
Empréstimos a participantes	152	182	755	752
	32.238	28.031	63.441	62.012

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2015		2014	
	PS	PO	PS	PO
Valor justo dos ativos no início do exercício	28.104	63.361	25.097	64.930
Benefícios pagos	(352)	(13.332)	(268)	(13.414)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	372	-	617
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	409	5.822	-	5.681
Rendimento efetivo dos ativos	3.647	6.562	2.809	6.899
Ganhos(perdas) atuariais dos ativos	624	1.234	466	(1.352)
Valor justo dos ativos	32.432	64.019	28.104	63.361

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

	2015		2014	
	PS	PO	PS	PO
Saldo no início do exercício	26.220	131.163	22.003	126.611
Benefícios pagos no caixa	(352)	(13.332)	(268)	(13.414)
Contribuições de participantes	-	372	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	3.401	13.652	2.461	13.399
Custo do serviço corrente (com juros)	458	3.545	865	766
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	(1.087)	11.327	1.159	3.801
Saldo no final do exercício	28.640	146.727	26.220	131.163

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2015 (CPC 33/CVM 695):

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	7,50% a.a (PS) e 7,5% a.a (PO).
Taxa de rendimento esperado dos ativos	13,41% a.a. (com efeito da inflação)
Reajuste do benefício	Somente inflação.
Crescimento salarial	0% a.a. (PS) e 2,11% a.a. acima da inflação (PO)
Inflação projetada	5,5% a.a

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Suav. 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT MÉDIA

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa PB aos seus empregados:

	PS	PO
Participantes Ativos		
Número	215	38
Idade Média	52	51
Tempo de participação (anos)	24	24
Salário de Participação Médio	R\$0,901	R\$3,068
Participantes Assistidos		
Número	28	438
Idade Média	59	71
Benefício Médio Mensal	R\$0,931	R\$1,959
Pensionistas		
Número de Pensionistas	3	237
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,300	R\$0,867

Uso de estimativas: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício de 2015 as despesas com o plano de saúde foram de R\$4.085 (R\$3.351 em 2014).

29 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	597.797	593.621	575.415	614.084	555.454	8.171.125

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

30 Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaboradas em estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para utilizar os recursos naturais de forma racionais e sustentáveis e otimização da qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos sócio ambientais, saúde e segurança.
6. Como forma de garantir um efetivo controle da gestão ambiental, a empresa através do CPOE - Comissão de Procedimentos de Operação e Execução, analisa e propõe melhorias na Gestão do Meio Ambiente, que entre outras atividades, tem como objetivo a avaliação e prescrição de procedimentos proativos, que eliminem ou reduzam os riscos, garantindo uma operação segura e sem impactos negativos ao meio ambiente.
7. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
8. A empresa com base na Instrução de Controle Ambiental ICA -09, ICA 11 e ICA 12, realiza a descontaminação de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio.
9. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinamos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas.
10. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
11. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.

12. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
13. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
14. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.
15. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
16. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética.

No exercício de 2015, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$7.192 (R\$5.517 em 2014), sendo R\$7.093 (R\$5.386 em 2014) alocados no ativo intangível e R\$99 (R\$131 em 2014) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

31 Informações adicionais ao fluxo de caixa

No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2015	2014
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	53.975	45.523
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	21.653	7.062
Fornecedores	6.691	10.126
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	6.691	10.126
Aquisição de intangível com recursos do FINAME	2.329	13.281
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	2.329	13.281
Capitalização de reservas	26.033	35.619

32 Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

Desde janeiro de 2015, as contas de energia elétrica sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras tarifárias sofrerão reajustes a partir de 01 de fevereiro de 2016, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. Em fevereiro de 2016, alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. Em fevereiro de 2016, passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado - DVA*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 17 de março de 2016.

Andre Luís Cabral Theobald
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 17 de março de 2016.

Andre Luís Cabral Theobald
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial